

A nova política está em debate.

Os principais temas que interessam a você e à sociedade estão na revista *Em Discussão!* Esta edição explica de maneira completa e didática as propostas e os impactos da reforma política, a mais esperada pelos brasileiros e prioridade absoluta na agenda legislativa de 2015.

Em Discussão!
Informação e novas ideias.

SENADO FEDERAL



Secom | Publicidade e Marketing

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXI — Nº 4.246 — Brasília, segunda-feira, 23 de fevereiro de 2015



Votações serão retomadas com medida que altera Lei das ONGs

Na sessão deliberativa de amanhã, senadores precisam analisar medida provisória para destrancar a pauta e votar uma série de outros projetos

A Medida Provisória (MP) 658/2014 adia para julho a entrada em vigor da Lei das ONGs. A nova legislação (Lei 13.019/2014) é considerada o marco regulatório das parcerias entre as organizações não governamentais e a administração pública — incluindo União, estados, Distrito Federal e municípios. Deveria ter entrado em vigor no ano passado. No entanto, órgãos públicos e entidades pediram mais tempo para se adequar às normas, o que fez o governo editar a MP.

Entre as demais propostas na pauta de votações, estão vários projetos de lei da Câmara (PLCs). O 114/2013 trata da destinação de recursos da União a campanhas educativas em estados e municípios que elaborarem planos de gestão de resíduos sólidos. O 22/2013 regulamenta o direito à licença-maternidade no âmbito das Forças Armadas. O 66/2012 fixa em 15% do peso corporal do estudante o limite para o peso das mochilas escolares. E o 49/2014 trata de obrigações das lojas de carros com os compradores. **3**



Divulgação/ONG Semitar Acordado

ONG prepara distribuição de alimentos em cidades do DF: organizações podem ter mais tempo para se adequar à nova lei

Erik Barros/Pinto/Senac PE



Serviço tem 600 unidades no país voltadas à qualificação profissional

Em sessão especial hoje, Senado faz homenagem aos 69 anos do Senac

Criado em janeiro de 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é um dos principais agentes de educação profissional voltado para o setor do comércio de bens, serviços e turismo. São mais de 600 unidades de ensino espalhadas por todo o país. Só em 2014, foram 2,5 milhões de atendimentos. Entre

outras iniciativas, a instituição mantém o Programa Senac de Gratuidade e atua em ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronec), do governo federal. A homenagem de hoje, proposta pelo senador Paulo Paim com apoio de vários parlamentares, está marcada para as 11h. **2**

Vetos serão examinados amanhã com novas regras

Cédula eletrônica vai agilizar todo o processo de votação e apuração no Congresso, permitindo a divulgação imediata do resultado. Os projetos vetados tratam de jornada de psicólogos, créditos tributários, transporte escolar e contribuições previdenciárias para patrões e empregados domésticos. Hoje, em duas reuniões, lideranças partidárias serão orientados sobre o uso da nova tecnologia para votação. **4**

ACONTECEU NO SENADO

Renan convoca sessão sobre reforma política

Marcado para as 10h de amanhã, o debate foi anunciado pelo presidente do Senado, Renan

Calheiros, antes do Carnaval. A ideia é promover uma série de sessões temáticas no semestre. **4**



Waldemar Barreto/Agência Senado

Entre os temas propostos por Renan (C), as crises hídrica e energética

Comissão analisa Prêmio do Mérito Agropecuário **2**

Entrevista de Dilma sobre investigação divide opiniões **3**

Publicação instrui sociedade sobre reforma política **2**

Divulgação/Senac



São mais de 600 unidades de ensino técnico espalhadas pelo país, que fizeram 2,5 milhões de atendimentos só em 2014

Plenário faz homenagem hoje aos 69 anos do Senac

Criada em janeiro de 1946, a instituição está presente nos 26 estados e no Distrito Federal e oferece apoio a trabalhadores e empresários do setor de comércio com programações presenciais e a distância

OS 69 ANOS de atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) serão celebrados em sessão especial do Senado hoje, às 11h. A homenagem foi proposta por Paulo Paim (PT-RS), com apoio de João Capiberibe (PSB-AP), Wilder Moraes (DEM-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Cristovam

Buarque (PDT-DF) e o então senador Pedro Simon.

Criado em 10 de janeiro de 1946, o Senac é hoje um dos principais agentes de educação profissional voltado para o setor do comércio de bens, serviços e turismo. Oferece apoio a trabalhadores e empresários, com programações presenciais e a distância.

São mais de 600 unidades de ensino espalhadas por todo o país. Só em 2014, foram 2,5 milhões de atendimentos. A instituição também mantém o Programa Senac de Gratuidade, entre outras iniciativas, além de atuar em ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do governo federal.

Texto institui prêmio para estimular agronegócio

Com a finalidade de estimular ações voltadas ao progresso do agronegócio, o Senado poderá instituir o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário. A proposta (PLS9/2015), de José Medeiros (PPS-MT), tramita em caráter terminativo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde aguarda relator.

O prêmio será concedido anualmente a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras que tenham se destacado pela prestação de relevantes serviços em prol do desenvolvimento da agricultura e da pecuária. O projeto prevê uma comissão para tratar do prêmio, constituída por representantes da Presidência da República,

do Senado, da Câmara e de entidades da sociedade civil.

Medeiros diz que a escolha do patrono que inspira a premiação decorre da ideia de “prestarmos justa homenagem a um dos pioneiros da extensão rural em nosso país”. O autor define Jonas Pinheiro (1941-2008) como um “ardente defensor das causas do campo” e “um símbolo do desenvolvimento de Mato Grosso e da luta pela valorização do setor agrário nacional”.

Nascido em Santo Antônio do Leverger (MT) em 1941, Jonas Pinheiro era formado em medicina veterinária. Foi deputado federal e senador por vários mandatos e pautou a trajetória pública pela “defesa da qualidade de vida do homem do campo”. Morreu em 2008, de falência múltipla de órgãos.

Reprodução/Blog do Cominhoneiro



Projeto de Medeiros pretende premiar iniciativas em prol da agricultura

Publicação do Senado esclarece população sobre reforma política

O que é voto distrital ou voto distrital misto? O que significa democracia representativa? E sistema proporcional de voto? A cada vez que o tema reforma política volta à baila, essas expressões são repetidas. No entanto, nem todo mundo sabe o que significam. Esclarecer a sociedade sobre o assunto é a ideia do livro *Resgate da Reforma Política: diversidade e pluralismo no Legislativo*, que será lançado amanhã, às 18h30, na Biblioteca do Senado.

O coordenador do curso de pós-graduação em ciência política do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Rafael Silveira e Silva, informou que a publicação foi uma iniciativa de consultores e advogados do Senado diante

do descontentamento, apresentado nas manifestações de junho de 2013, com relação ao sistema político nacional.

Uma preocupação na edição da obra, segundo Silveira, foi dividir o livro em temas afins para facilitar o entendimento do conteúdo. São 15 capítulos e cada um deles é precedido de uma pequena explicação sobre o tema.

— Cada um dos autores expressou sua opinião sobre um tema relacionado à reforma política — disse.

Além da venda ao público, a publicação será distribuída gratuitamente para bibliotecas públicas. Em breve, também estará disponível em formato digital.

Revista *Em Discussão!* sobre o tema: <http://bit.ly/EmDiscussao24>



Gerardo Magela/Agência Senado

Eleitor em Taguatinga (DF): livro explica sobre os sistemas de votação

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



TER **SEG** **PLENÁRIO Aniversário do Senac**
11h Sessão especial sobre os 69 anos do Senac. Às 14h, sessão não deliberativa.
SESSÃO TEMÁTICA Reforma política
10h O Senado faz sessão temática para debater projetos para a reforma política.

QUI **CONGRESSO Vetos presidenciais**
19h Sessão para votar quatro vetos presidenciais e o Orçamento de 2015.
CONGRESSO Ciência e tecnologia
11h Promulgação da Emenda 85, que fixa a área de C&T como prioridade estatal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Galvez
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Medida sobre Lei das ONGs reabre votações amanhã

Primeiro item da pauta, a MP 658/2014 adia a entrada em vigor de novas regras que tratam das parcerias entre entidades e governo. Senadores precisam votar o texto para que outros projetos sejam analisados

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) que adiou a entrada em vigor da Lei das ONGs (Lei 13.019/2014) deverá ser o primeiro item analisado na sessão deliberativa do Senado marcada para amanhã. A MP precisa ser votada para liberar o restante da pauta.

A medida (MP 658/2014) altera a lei que é considerada o marco regulatório no relacionamento das organizações não governamentais (ONGs) com o Estado. A nova legislação, originada de projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), estabelece normas para licitações e contratações das entidades sem fins lucrativos, com alcance sobre União, estados, Distrito Federal e municípios. Também reforça o monitoramento das parcerias.

A lei previa que as novas regras entrariam em vigor no ano passado. Atendendo órgãos públicos e entidades, que pediam mais tempo para adequação às normas, o governo editou a MP, adiando para julho o início da vigência.

Relatório de Gleisi Hoffmann (PT-PR), aprovado em comis-



Mudança na legislação inerente às ONGs tem origem em projeto de Aloysio

são mista, estabelecia prazo ainda maior: novembro como regra geral e janeiro de 2016 para municípios com até 20 mil habitantes. A Câmara rejeitou o texto da senadora.

A pauta contém ainda uma série de projetos de lei da Câmara (PLCs). O 114/2013 inclui as campanhas educativas entre as ações passíveis de recebimento de recursos da União destinados a estados e municípios que elaborarem planos de gestão de resíduos sólidos.

O PLC 22/2013 regulamenta o direito à licença-maternidade no âmbito das Forças

Armadas. Pelo texto, a militar tem direito à licença de 120 dias, prorrogáveis por mais 60.

Outro PLC, o 66/2012, fixa em 15% do peso corporal do estudante o limite para o peso das mochilas escolares. E o 49/2014 obriga as lojas de carro a informar ao comprador a situação de regularidade dos veículos e os tributos incidentes na transação.

Os senadores ainda poderão votar o PLC 35/2013, que institui a Fundação Universidade Federal do ABC, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 201/2013, que dá novo limite para o ICMS das pequenas empresas.

Gerardo Magela/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado



Para Aécio, presidente tenta desviar o foco das investigações, enquanto Humberto afirma que Dilma fez um relato real



Moreira Mariz/Agência Senado

Declaração de Dilma sobre Petrobras gera polêmica

Declarações da presidente Dilma Rousseff, na sexta-feira, sobre as investigações na Petrobras causaram divergências entre senadores da oposição e do governo. Dilma disse que os fatos desvendados pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, não ocorreriam se tivessem sido investigados durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do PSDB, ainda na década de 90.

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), e o presidente da legenda, senador Aécio Neves (MG), classificaram a declaração como uma tentativa de desviar o foco da investigação.

— No país da presidente, funcionários da Petrobras, em entendimento com dirigentes

de empresas privadas, fizeram uma grande articulação para lesar o Estado, contra os interesses dos governantes, contra o interesse daqueles que indicavam os diretores da Petrobras. Nada mais falso — disse Aécio.

Questionado sobre casos de corrupção na Petrobras durante os anos 90, citados pelo ex-gerente da estatal Pedro Barusco, Cássio respondeu:

— Corrupção existe desde sempre, mas o PT o fez de forma institucionalizada — afirmou.

Em entrevista à Agência Senado, o líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que a presidente apenas fez um “relato histórico”.

— O problema não se iniciou no governo do presidente Lula,

mas antes todos eram arquivados. O jornalista Paulo Francis fez, inclusive, uma série de denúncias de corrupção. A presidenta fez apenas um relato real. Começamos de fato a investigar — afirmou.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse acreditar que, se há depoimentos que apontam o início do esquema em meados da década de 90, é preciso investigar. Na avaliação da senadora, isso não significa uma tentativa de atingir o PSDB:

— Não estou falando que isso vai atingir ou não vai atingir o governo de fulano ou de sicrano. É uma situação da empresa que tem que ser apurada desde quando iniciou e, pelo que nós estamos vendo, pela fala de um dos delatores, se iniciou na década de 90.

Alvaro e Ferraço repudiam prisão do prefeito de Caracas

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou, sexta-feira, que o governo brasileiro, assim como o Ministério das Relações Exteriores, não pode manter silêncio diante da prisão do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, que se opõe ao governo da Venezuela, comandado por Nicolás Maduro. Para o senador, esse foi mais um ato de violência e autoritarismo de um governo ditatorial que se esconde sob a “vestimenta da democracia”.

— O mundo democrático deve repudiar o ato, já reconhecido como mais uma violência a consagrar o autoritarismo por parte do governo venezuelano.

O próprio Maduro utilizou cadeia de rádio e televisão para anunciar ao país a prisão do opositor, ocorrida na noite de quinta-feira. Segundo ele, o prefeito foi detido por ordem da Procuradoria-Geral da Venezuela, por tentar promover um golpe de Estado no país, com apoio norte-americano.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), também criticou a prisão. Para o senador, a medida foi um “ato de violação” às liberdades individuais e políticas.

— Vemos com preocupação essa violação aos direitos humanos, à liberdade e à

democracia — disse.

Ferraço considerou degradante a situação a que outros representantes da oposição estão sendo submetidos pela gestão de Maduro, como Leopoldo López, preso há mais de um ano.

O ex-prefeito de Chacao foi apontado como o principal articulador dos protestos ocorridos no país em 2014 e que resultaram em mortes. Ferraço lembrou ainda que a deputada Corina Machado, figura expressiva da oposição, teve o mandato cassado em março de 2014.

Alvaro observou que as comissões permanentes do Senado ainda não foram constituídas, não havendo, neste momento, como acionar a CRE para que avalie o episódio da prisão.

Ele disse que, embora o Senado não tenha muito o que fazer diante do caso, individualmente os senadores podem exigir que o governo se manifeste diante do episódio, adotando “ação firme” para condenar a prisão. Ele avalia, porém, que o silêncio não será surpresa, pois, segundo ele, os dois últimos governos sempre preferiram “passar a mão sobre a cabeça de ditadores mudo afora”.

— Mas nossa obrigação é exigir que se pronuncie, adotando posição à altura das tradições democráticas brasileiras — afirmou.

Paim alerta para avanço de discursos de ódio na internet

Paulo Paim (PT-RS) alertou sobre a proliferação de discursos de ódio na internet. Por permitir o anonimato e parecer um terreno em que vigora a impunidade, redes sociais e espaços de comentários em vários sites apresentam, para o senador, grande presença de discursos racistas, homofóbicos, xenofóbicos e de cunho preconceituoso:

— Valendo-se às vezes do anonimato de um nome de fantasia, indivíduos irresponsáveis passam também a publicar impropérios e grosserias contra tudo e contra todos, de forma irresponsável.

Paim vê a pluralidade de visões como saudável para a democracia, mas ponderou que está em curso uma brutalização dos debates que, na avaliação dele, é crescente desde as eleições de 2014.

Medeiros pede mais efetivo da Polícia Rodoviária Federal

José Medeiros (PPS-MT) apontou, sexta-feira, a necessidade de renovar o efetivo da Polícia Rodoviária Federal (PRF) devido ao aumento da violência no trânsito. O senador, que trabalhou por 20 anos na PRF, disse que a imprudência dos motoristas o levou a presenciar muitas mortes. Ele pediu a convocação de mais 400 aprovados em concurso, além dos 421 já chamados.

— A Polícia Rodoviária tem sofrido um sucateamento muito grande. Só em Mato Grosso, nos últimos oito meses fecharam três unidades.

Para ele, colocar mais policiais no trânsito é investimento, pois evitam-se acidentes, o que gera economia na saúde. Medeiros alertou ainda para a insegurança nas fronteiras, onde deveria haver o combate às drogas.



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Votação de amanhã já inclui a cédula eletrônica, que agilizará todo o processo e permitirá divulgação imediata do resultado. Orçamento de 2015 também está na pauta

Congresso usará novas regras para votar vetos

ESTÁ AGENDADA PARA amanhã a primeira sessão do Congresso neste ano. Na pauta, estão quatro vetos presidenciais e o projeto do Orçamento de 2015 (PLN 13/2014). Há uma novidade: a proposta que fixa novos procedimentos para a votação de vetos, com uso de cédula eletrônica.

O PRN 1/2015, já aprovado pelas Mesas da Câmara e do Senado, torna mais moderna e célere a apuração dos votos aos vetos presidenciais. Ele será examinado em Plenário como primeiro item da pauta e as novas regras serão colocadas em prática logo a seguir.

Com a mudança, será usada uma cédula com a identificação do parlamentar, permitindo

apuração eletrônica. Na cédula, deverão constar todos os vetos incluídos na ordem do dia, agrupados por projeto, e, até o início das votações, os parlamentares poderão apresentar destaques de bancada para que um ou mais desses itens sejam votados separadamente.

Desde a Emenda Constitucional 76, as votações de vetos e de perda de mandato são nominais, mas, no caso dos vetos, elas estavam sendo feitas com cédulas de papel.

— Isso resolve a necessidade de apuração imediata. Não tínhamos solução tecnológica para isso. Com as novas cédulas, poderemos fazer a votação de uma vez só, divulgar o resultado e dar celeridade

ao processo — afirmou o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira.

Bandeira anunciou que a Secretaria-Geral da Mesa fará duas reuniões hoje para orientar as assessorias de lideranças partidárias sobre o uso da cédula eletrônica.

A quantidade de destaques estará limitada ao tamanho de cada bancada. Partido ou bloco de 5 a 24 deputados ou de 3 a 5 senadores poderá apresentar 1 destaque; de 25 a 49 deputados ou de 6 a 11 senadores, 2 destaques; de 50 a 74 deputados ou de 12 a 17 senadores, 3 destaques; e de 75 ou mais deputados ou de 18 ou mais senadores, 4 destaques.

A discussão dos vetos será uma só para todos os vetos em pauta. Após quatro senadores e seis deputados terem discutido o assunto, a votação será iniciada mesmo sem encaminhamento e sem prejuízo da continuidade dos debates. Os líderes terão um minuto para orientar as bancadas. O projeto de resolução acaba com a comissão mista incumbida de analisar cada veto.

A votação dos vetos é nominal e aberta. Para um deles ser derrubado, são necessários os votos da maioria absoluta de deputados (257) e de senadores (41). Primeiro é feita a votação do veto pela Casa autora do projeto. Só se ele conseguir os votos necessários para ser derrubado é que irá a voto na outra Casa.

Orçamento

Com a decisão do relator do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR), de incluir emendas de novos parlamentares eleitos em outubro passado, a proposta pode não ser examinada amanhã por falta de tempo hábil. Jucá deu prazo até as 20h de amanhã para o encaminhamento dessas emendas. Também não entra na pauta do Congresso de amanhã o veto ao reajuste de 6,5% da tabela progressiva mensal de retenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Vetos em análise



PSICÓLOGOS

O Veto 31/2014 foi apresentado ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 150/2009, sobre a jornada de trabalho do psicólogo, e altera a Lei 4.119/1962. O PLC determina que a jornada e o percentual de remuneração extraordinária devem ser fixados por instrumento coletivo de trabalho. Em mensagem encaminhada ao Congresso, a presidente da República alega que o projeto foi vetado integralmente por ser contrário ao interesse público. Segundo ela, a redução da jornada semanal proposta impactaria o orçamento de entes públicos, notadamente municipais, com possível prejuízo à política de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O governo argumenta ainda que o projeto poderia elevar o custo também para o setor privado de saúde, com ônus ao usuário.



CRÉDITOS

O Veto 32/2014 foi apresentado ao PLC 99/2013 — Complementar, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). O projeto exige um quórum diferenciado para fins de aprovação de convênio que tenha por objeto a concessão de remissão dos créditos tributários constituídos em decorrência de benefícios ou incentivos fiscais, entre outras alterações. O governo alega que o veto se justifica pela alteração da conjuntura econômica, uma vez que o projeto foi apresentado em momento de expansão da arrecadação.



TRANSPORTE ESCOLAR

Por sua vez, o Veto 33/2014 foi aplicado pela presidente Dilma Rousseff ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 47/2008, que torna obrigatória a destinação, para o transporte escolar das prefeituras, dos veículos de transporte coletivo apreendidos e para os quais foi aplicada a pena de “perdimento”, por terem ingressado irregularmente no Brasil. A presidente reconhece o mérito da proposta, mas justifica o veto total alegando que a medida poderia levar ao uso de veículos impróprios e não adaptados para o transporte de estudantes, por não trazer condicionantes para essa destinação, pondo em risco a segurança dos usuários. A presidente diz ainda que, nos casos concretos em que essa destinação for desejada, ela já pode ser feita por meio de ato do ministro da Fazenda.



CONTRIBUIÇÃO

O Veto 34/2014 foi apostado por Dilma Rousseff ao Projeto de Lei (PLS) 161/2009, que reduzia a contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos. Dos atuais 12%, os patrões passariam a pagar para o INSS 6% do valor do salário. Os empregados, que hoje pagam entre 8% e 11%, também passariam a pagar 6%. Na justificativa do veto integral, a presidente diz que o projeto contraria o interesse público. Com a mudança, o governo deixaria de recolher cerca de R\$ 600 milhões por ano, o que, argumenta, “não é condizente com o momento econômico atual”.

ACONTECEU NO SENADO



Renan convocou os senadores para debater temas de projetos que chegarão da Câmara

Senado decide debater reforma política em sessão temática

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou sessão temática para discutir amanhã reforma política, com a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes; do cientista político Murillo de Aragão; e do diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo. O objetivo é já ter debatido o assunto quando chegarem da Câmara os projetos relativos a mudanças na legislação eleitoral.

SINDICALISTAS CRITICAM MEDIDAS PROVISÓRIAS TRABALHISTAS

No dia 10, em encontro com o presidente do Senado, Renan Calheiros, representantes de centrais sindicais, como Ricardo Patah (foto), da UGT, protestaram contra medidas provisórias que restringem o acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários (MPs 664 e 665/2014). Eles entendem que as MPs ferem direitos adquiridos.



Waldemir Barreto/Agência Senado



NOVOS PARLAMENTARES PODEM FAZER EMENDAS AO ORÇAMENTO

O relator-geral da proposta orçamentária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que parlamentares empossados neste ano poderão apresentar, cada um, até R\$ 10 milhões em emendas. Os líderes de bancadas têm até hoje para enviar as emendas.

OPOSIÇÃO QUER INSTALAR OUTRA CPI DA PETROBRAS

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), anunciou que antes do Carnaval já tinha 23 das 27 assinaturas necessárias para instalar uma nova comissão parlamentar de inquérito para investigar a Petrobras.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

INDÚSTRIA PEDE APOIO PARA SIMPLIFICAR LEIS DO TRABALHO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), presidida por Robson Andrade (foto), pediu apoio do Congresso para a simplificação da lei trabalhista.



Jana de Araújo/Agência Senado

NOVAS DIRETORAS SÃO DESIGNADAS NO SENADO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinou no dia 11 as portarias de designação da nova diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, e da nova diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Virgínia Galvez.



Waldemir Barreto/Agência Senado

LÍDERES DISCUTEM INDICAÇÕES PARA COMISSÕES DA CASA

Eunício Oliveira (PMDB-CE) é um dos líderes partidários que amanhã vão discutir as presidências das 12 comissões do Senado.



Jonas Pereira/Agência Senado